

**DO ACESSO A PERMANÊNCIA DO ALUNO BOLSISTA NA INSTITUIÇÃO
PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**OF ACCESS TO THE STUDENT'S STAY IN THE PRIVATE INSTITUTION OF
HIGHER EDUCATION: AN ACCOUNT OF EXPERIENCE**

Jayrton Noleto de Macedo¹
Helen Mariel Biazussi²
Oswaldo Vanderley de Sousa Junior³

RESUMO

O Programa Universidade para todos (Prouni) é um Programa do governo Federal que tem como objetivo conceder bolsas de estudos para estudantes de baixa renda. Esses alunos têm oportunidade de ingressar em uma instituição de ensino superior privada. O programa tem intuito de reduzir as desigualdades sociais, por meio do acesso à educação, no entanto, não há apoio nem manutenção do ensino para o aluno hipossuficiente, inserido em um ambiente educacional com investimentos elevados. Esse trabalho tem como finalidade discutir as formas de ingresso ao programa citado, bem como, relatar os desafios do aluno prounista. Trata-se de um relato de experiência.

Palavras-Chave: Desigualdade social. Hipossuficiente. Educação. Desafios.

ABSTRACT

The University for All Program (ProUni) is a Federal Government Program that aims to grant scholarships for low-income students. These students have the opportunity to join a private higher education institution. The program aims to reduce social inequalities, through access to education, however, there is no support or maintenance of the teaching for the underachieving student, inserted in an educational environment with high investments. This work has as

¹ Acadêmico do último semestre do curso de Direito, pelo Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC). Monitor de Direito Administrativo e Consumidor. jayrtonnoleto@outlook.com

² Mestranda PPGSaspt (UFT), Especialista em Docência do Ensino Superior e Inspeção Escolar (UCAM). Professora da Universidade Federal do Tocantins – UFT. hmbiazussi@hotmail.com

³ Graduado em direito pelo Centro Universitário ITPAC. Aprovado no XXII Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Pós-graduando em direito do trabalho e departamento pessoal pela Centro Universitário ITPAC. osvaldovanderley@hotmail.com

purpose, to inform the ways of joining the program, as well as, to report the challenges of the student prounista. It is an experience report.

Keywords: Social inequality. Hypersufficiency. Education. Challenges.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Universidade para todos (Prouni) é um Programa do governo Federal que tem como objetivo conceder bolsas de estudos, de modo integral ou parcial, nos cursos de graduação em instituições privadas, para estudantes que se enquadram no requisito de baixa renda. O programa foi instituído em 13 de janeiro de 2005, por meio da Lei 11.096. (BRASIL, 2017a).

Visa atender alunos que ainda não tenham concluído nenhum curso superior e que se enquadrem em alguns requisitos financeiros, como renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio para bolsas integrais e até três salários mínimos para bolsas parciais, além de terem cursado o ensino médio em escola pública ou particular com bolsa.

De acordo com Pacievitch (2006), o ProUni trata-se de uma política pública que visa a inclusão social, visto que contribui para que sujeitos historicamente excluídos da educação superior ingressem em uma graduação.

Assim, os alunos que se beneficiam desse programa, ao ingressarem no ensino superior se veem em contraste com os demais, pois trata-se de uma instituição privada, que em suma, tem como público alvo a população de classe média/alta, que pode arcar com as custas de um ensino superior.

Importante ressaltar que, além de serem de uma classe social bem distinta dos alunos regulares, estão em menor número. Visto que a Lei 11.096 prevê que a instituição privada, só deverá aderir ao Prouni, se oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes. (BRASIL, 2017 b).

Tendo em vista esse contraste, o presente artigo objetivou-se informar sobre o procedimento de ingresso a instituição privada do aluno Prouni. Bem como, relatar quais são os principais desafios da permanência e experiência do aluno prounista.

O presente artigo foi elaborado através do método descritivo do tipo relato de experiência. Busca descrever as experiências do autor do trabalho, vivenciadas dentro e fora do ambiente acadêmico.

O informante da pesquisa também é autor do presente trabalho, este é discente do último semestre do curso de Direito de uma Instituição de Ensino Superior Privada da cidade de Araguaína, Tocantins. O mesmo mudou-se para a cidade após ganhar uma bolsa integral, visto que é natural de outro Estado.

Foi realizado um levantamento bibliográfico em periódicos com o mesmo segmento do tema proposto para fundamentar o presente relato.

2 ACESSO AO ENSINO ATRAVÉS DO SISTEMA DE BOLSAS PROUNI

Para que se tenha acesso ao Prouni, além de ter concluído a educação básica, é necessário primeiramente realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pois é através dele que se tem oportunidade de pleitear uma vaga. O programa tem os seguintes objetivos:

O princípio do Prouni segue essa orientação: promove o acesso à educação superior com baixo custo para o governo, isto é, uma engenharia administrativa que equilibra impacto popular, atendimento às demandas do setor privado e regulagem das contas do Estado, cumprindo a meta do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 10.172/2001) de aumentar a proporção de jovens de 18 a 24 anos matriculados em curso superior para 30% até 2010. Pretende, ainda, atender ao aumento da demanda por acesso à educação superior, valendo-se da alta ociosidade do ensino superior privado (35% das vagas em 2002, 42% em 2003 e 49,5% em 2004). (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006, p. 127).

Assim, tal política teve o viés de pública, uma vez que pretendia equilibrar e inserir os jovens de baixa renda, sem oportunidades, no mercado de trabalho de forma qualificada, além de aumentar a taxa de brasileiros participantes de um ensino superior. As instituições que aderiram ao programa tiveram alguns benefícios, observe:

As IES não-beneficentes (com ou sem fins lucrativos) ofereceriam uma bolsa para cada nove alunos regularmente matriculados em cursos efetivamente instalados (Art. 5º, caput). Já as beneficentes deveriam destinar uma bolsa integral para cada quatro alunos de cursos de graduação ou sequencial de formação específica (Art. 11). Em contrapartida, ficariam isentas do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), da Contribuição social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). A renúncia fiscal em 2005 foi de 92 milhões de reais. (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006, p. 128).

Da mesma forma que o Estado, as instituições privadas que aderem ao programa também têm seus interesses garantidos, visto que há uma isenção tributária, de valor significativo. Deve-se ressaltar que mesmo com a isenção, o governo ainda tem a

responsabilidade de adimplir a mensalidade do aluno contemplado pelo programa, ainda que amortizada.

Tratando do acesso, que se dá após realizar o exame (ENEM), o aluno deve primeiro tentar submeter sua nota ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), no qual são disponibilizadas vagas em todas as Instituições Públicas cadastradas do Brasil.

Logo após o encerramento das inscrições para o Sisu, iniciam-se as inscrições para o ProUni. Nesse sistema, estão cadastradas as instituições privadas que ofertam bolsas, sejam parciais ou integrais (50% ou 100%). São avaliadas as maiores notas e os alunos que preenchem os requisitos necessários para as referidas bolsas. Se enquadrados nessas condições, os alunos são pré-selecionados.

Após o resultado, o candidato deve entrar em contato com a instituição, que irá fornecer a lista com documentação necessária para pleitear a vaga. Todos os documentos passarão por uma análise, condicionada à aprovação definitiva do aluno. Caso positiva, o mesmo poderá matricular-se de fato.

3 DESAFIOS DO ALUNO BOLSISTA NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO

A educação brasileira vem passando por diversas transformações desde o final do século XIX. A busca pelo ensino superior cresceu, e com isso diversos programas vêm sendo desenvolvidos para possibilitar o acesso dos estudantes, principalmente os de rede pública. (MENDONÇA et al., 2015).

Razão disso, foi a valorização das grandes empresas e a procura do mercado por profissionais qualificados e capacitados, de acordo com os padrões de educação impostos pelo próprio sistema. Os filhos de família mais hipossuficientes passaram assim a se dedicar, no objetivo de garantir ascensão na classe social a qual estava inserido por meio da educação.

Durante esse percurso, também se instituiu através das mídias, que a única forma de romper a barreira social a qual o indivíduo estava inserido era por meio da educação, onde muitos foram usados como exemplo de vida para encorajar os menos favorecidos a se dedicarem mais aos estudos, para assim ascender na pirâmide social.

Em contrapartida, aqueles que não conseguiram estudar tinham como ideia que toda a situação que participavam (pobreza, fome, má assistência à saúde, educação, lazer...) eram decorrentes da sua “fraqueza” em não se qualificarem através dos estudos.

O ambiente da universidade pública pode ser considerado para aqueles menos favorecidos como um ambiente intocável, uma vez que para ingresso no ensino superior, além de ser de difícil, devido a formação que muitas vezes exigia o complemento a partir de um cursinho para o vestibular, a questão financeira em caso de só estudar também se mostra difícil, em alguns casos.

As políticas públicas, de fato, identificaram esses problemas e essas lacunas, pois para o ensino-aprendizado sabe-se que deve haver um espaço no qual o aluno tenha oportunidade para a pesquisa e extensão. Pois, de acordo com Garcia (2009, p. 208) “a aprendizagem profunda se refere a certas práticas de ensino que priorizam a autonomia dos estudantes, os processos interpretativos e a elaboração conceitual”.

A grande questão então é como um aluno que tem que se manter financeiramente trabalhando 44 horas semanais, 8 horas diárias, teria disposição física e mental para ir além do ensino tradicional de uma sala de aula? Que trabalho seria esse, que um jovem sem qualificação nenhuma, recém-egresso no nível superior conseguiria para se manter? E aqueles alunos que não moram na capital do Estado, que é onde existem a maioria das Universidades?

Com a Lei 11.096, resolveu-se de fato o acesso à universidade dos filhos de famílias de baixa renda, mas isso não é a única questão em debate para que se construa um ser qualificado profissionalmente.

O autor-informante, durante o percurso acadêmico, para suprir essas indagações feitas acima, teve que durante toda sua graduação trabalhar, com o agravante de ser natural de outro Estado, o que dificultou suas buscas por emprego, tendo em vista a falta de indicação (na cidade em questão é de muita relevância, por ser interior). Veja a tabela abaixo, que ilustra os respectivos empregos e horários de trabalho e sua correspondência no tempo, considerando os períodos cursados na faculdade.

Tabela 1 - Relação de empregos com períodos cursados

Chapeiro ⁴ (18h às 01:00h)	1º a ½ do 2º Matutino
Garçom (16h às 01:00h)	½ do 2º ao 3º Matutino
Auxiliar de Pintor (13h às 18h)	Término do 3º ao 4º Matutino
Vendedor Autônomo ⁵ (Tempo Integral)	Durante todo o 4º Matutino
Estagiário no IFTO ⁶ (13h às 17h)	Final do 4º Matutino
Assistente Administrativo (7 h às 17 h)	5º ao 7º Noturno
Estágio Tribunal de Justiça (13h às 18h)	8º Noturno
Vendedor de Doces na Faculdade e Bares da cidade (Tempo Integral)	9º e 10º Noturno

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

A tabela consta os principais empregos com seus respectivos horários de labor, veja que os primeiros empregos foram totalmente diversos da área da qual o acadêmico estava inserido (Direito), além do que os horários de trabalho eram totalmente desfavoráveis, uma vez que terminavam às 1h, da madrugada, sendo que a aula, no outro dia, começava às 08 horas, da manhã. Esse interregno pequeno entre o fim da jornada de trabalho e o início da aula foi a principal fundamentação para mudança de turno do aluno no 5º período.

4 PERMANÊNCIA DO ALUNO E SUAS EXPERIÊNCIAS

Mediante todas as situações desconfortantes pela qual o autor-informante desse trabalho passou, entre elas a falta de dinheiro para subsistência, a falta de tempo para estudar devido ao trabalho, as férias e os feriados longe da família, a ausência de lazer, a desigualdade social com os colegas de turma, a impossibilidade de obter material para estudo, não o impediram de seguir sua graduação.

Cumpramos ressaltar que apesar de todos os obstáculos presentes na vida do Prounista, nada o impediu de concluir todas as matérias sem reprovação, passando, inclusive, com nota máxima na monografia de conclusão de curso e na primeira fase da Ordem dos Advogados do

⁴ Quem faz sanduiches

⁵ Quaisquer objetos de valor que pudesse se revendido, exemplo: perfume, hidratante, bicicleta, celulares

⁶ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Brasil (OAB). Ressalta-se, ainda, que foi monitor de duas disciplinas diferentes, concluiu mais de dez cursos de extensão, além de publicar artigos em revistas renomadas.

Assim, tem-se a seguinte pergunta: basta apenas garantir o acesso ao ensino ou é necessário a manutenção dele? Sabe-se que o Programa em questão garante para os alunos de graduação em tempo integral um auxílio financeiro para subsistência. No entanto, não é levado em conta que o ensino-aprendizagem na educação superior exigem dedicação, tanto nos cursos em tempos integrais, quanto parciais, pois o ensino vai além dos muros da instituição. Conforme assegura a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), a educação superior:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade: I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 1996).

Veja que as Universidades Federais garantem aos seus discentes diversos programas de bolsa auxílio por merecimento, como Programa de Educação Tutorial (PET), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Monitoria (PIM), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Tais programas são responsáveis por ajudar no desempenho do discente, bem como auxiliá-lo por meio de uma bolsa, que quando não é usado para a própria manutenção da permanência do programa, serve como meio de subsistência dos alunos mais pobres.

Entende-se a necessidade desses diversos programas para os alunos federais, mas nada tem-se para os alunos do Prouni, que estão enquadrados em requisitos comprovados de

hipossuficiência, ou seja, a universidade é ambiente que cabem todas as classes sociais, no entanto, ainda para o aluno pobre, haverá muitas barreiras, veja:

O Prouni é comumente visto como mais uma política pública, particularmente por abrigar o preceito das cotas, mas destaca-se o fato de manter um sistema de ensino nos moldes privatizantes traçados durante os anos 1990. Nesse sentido, traz uma noção falsa de democratização, pois legitima a distinção dos estudantes por camada social de acordo com o acesso aos diferentes tipos de instituições (prioridade para a inserção precária dos pobres no espaço privado), ou seja, contribui para a manutenção da estratificação social existente. (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006, p. 136).

Diante dessa lacuna no Programa, o beneficente se vê imbuído da obrigatoriedade de fazer valer a oportunidade, gerando o dever de “arregaçar as mangas” para se manter tanto no programa (25% de reprovação leva a perda da bolsa), como na disputa por um sonhado diploma.

Isso levou ao autor-informante do presente trabalho a muitas experiências, que, sem dúvidas, lhe colocarão em situações superiores à de um aluno comum. Por exemplo, as habilidades adquiridas de um vendedor, muito têm a contribuir numa situação de defesa de uma tese na tribuna, ou, de um vendedor de perfumes e doces para professores da faculdade, facilmente seria capaz de vender sua ideia para um Juiz, ou de apresentar-se para uma plateia/turma.

Uma das grandes dificuldades que merece ser pontuada é a da difícil interação social com os demais alunos de turma. Diversas vezes foi possível perceber pelo autor-informante, o descaso com a oportunidade de educação por parte do aluno regular, além da difícil aceitação como aluno bolsista. Pois esse, na maioria das vezes obteve notas maiores e fez parte de diversos programas internos de ensino-aprendizagem.

Veza ou outra, saíam comentários de que bolsistas são “preguiçosos”, e que não mereciam estudar, ou de que todos os bolsistas eram “petistas” ou “esquerdistas”, no sentido pejorativo da palavra e afirmação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao levar em consideração os relatos acima, pode-se inferir a efetividade do programa em garantir o acesso do hipossuficiente em instituições de ensino superior privada. No entanto, há ainda uma lacuna entre ingresso, manutenção, qualidade desse ensino. É necessário que o Estado, além de garantir o acesso, permita que haja uma manutenção desse ensino, tendo em vista que os alunos que se enquadram no programa não têm como se manter financeiramente,

tão pouco têm experiência profissional para adentrar no mercado, na tentativa de conciliar o trabalho e estudo.

Ademais, o Prouni se mostra omissos quanto as práticas de ensino-extensão, que são fundamentais para um aprendizado completo, dada a reforma da educação atual considerando que programa citado se preocupa apenas em inserir o aluno.

Mas, nem tudo são ruínas, uma vez que o aluno prounista demonstra grande capacidade e vontade de concluir o ensino superior, visto que a própria seleção para pleito da bolsa já é árdua. Apesar das grandes dificuldades enfrentadas ao longo do tempo e toda desigualdade ainda presente no ensino superior, o aluno prounista foi capaz de se sobressair em relação a si e aos demais, sempre logrando êxito em suas empreitadas acadêmicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **PROUNI**. 2017. Disponível em:<<http://prouniportal.mec.gov.br/informacoes-aos-candidatos/18-o-que-e-o-prouni>>. Acesso em: 17 dez. 2017b.

_____. Senado Federal. **Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm>. Acesso em: 17 dez. 2017b.

_____. Senado Federal. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 dez. 2017c.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?. **Educar**, Curitiba, UFPR, n. 28, p. 125-140, 2006.

GARCIA, Joe. Avaliação e aprendizagem na educação superior. **Rev. Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009.

MENDONÇA, Claudio M. C. et al. Políticas de acesso à Educação Superior e desempenho de alunos bolsistas: o caso de uma universidade privada de Natal/RN. **Revista Raunp**, v. 7, n. 2, p. 16-29, Fev./Maio, 2015.